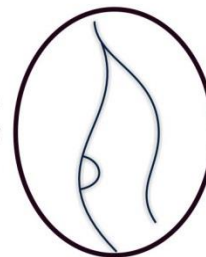




INTERFACE
ISSN 1806-6062



nemad.webnode.com - Interface, Edição número 06, maio de 2013

Quilombolas no centro urbano de Monte do Carmo – TO

Eliania Pereira Pinheiro¹; Monise Busquets² Raffael Alencar Mesquita Rodrigues³;
Jéssica Barros Aguiar Silva⁴; Carla Simone Seibert⁵; Adriana Malvásio⁶

Resumo

O presente artigo, em um primeiro momento, procurou debater o conceito de Quilombo, a fim de buscar os elementos que produziram o sentimento de pertencimento e a formação idenitária dos remanescentes de quilombos. Tendo como ponto de partida a comunidade Mata Grande, localizada no município de Monte do Carmo – TO, comunidade que conta com moradores no centro urbano e na zona rural do município, procurou-se identificar quais foram os motivos que os fizeram se deslocar para a cidade, sua relação com a nova morada e a influência do meio urbano na parcela da comunidade que reside na cidade de Monte do Carmo. Observou-se que a qualidade de vida dessas famílias melhorou com o deslocamento, pois passaram a ter acesso à estrutura que a cidade oferece. Identificou-se ainda, que os costumes das famílias quilombolas foram alterados com a mudança para Monte do Carmo-TO, uma vez que a vida na cidade impinge uma série de outros hábitos e o fato dessas pessoas não poderem mais produzir sobre suas terras, a longo prazo, acarreta a perda da identidade cultural.

Palavras-chaves: Quilombo, Cidade, Ambiente, Migração, Costumes.

Abstract

This article, at first, tried to discuss the concept of Quilombo, in order to seek the elements that produced the feeling of belonging and identity formation of quilombos. Taking as starting point the community Mata Grande, located in the municipality of Monte do Carmo - TO, a community that has residents in the urban and the rural area, we tried to identify what were the reasons that made them move to the city, his relationship with the new address and the influence of the urban portion of the community that resides in the city of Monte do Carmo. It was observed that the quality of life of these families has improved with the shift because they now have access to the structure that the city offers. It was also found that the customs of maroon families have changed with the move to Monte do Carmo-TO, since life in the city enforces a number of other habits and the fact that most of these people can not produce on their land, the long term leads to the loss of cultural identity.

Keywords: Quilombo, City, Environment, Immigration, Customs.

¹ UFT/eliana.uft@gmail.com;

² UFT/ monisebusquets@gmail.com;

³ UFT/ raffael_alencar@hotmail.com;

⁴ UFT/ jessicabbarros@hotmail.com;

⁵ UFT/ carlaseibert@yahoo.com;

⁶ UFT/ malvasio@uft.edu.br;

1. Introdução

Os estudos sobre a população negra nas décadas seguintes a abolição no Brasil são escassos, mas com a promulgação da Constituição da República de 1988, ocorreu uma mudança de paradigma capaz de modificar esse quadro de forma determinante. Nesse sentido, a Constituição Cidadã dispôs que: "Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos". Diante desse marco legislativo e da definição do Estado quanto à importância das comunidades negras, que transcende um mero resgate da dívida histórica para com a população negra e com suas comunidades, sobrevieram algumas políticas públicas. (FIABANI, 2010).

A condição de remanescente de quilombo é também definida de forma alargada e, quase sempre, enfatiza os elementos de identidade e território, trazendo no conceito a herança cultural e material de pertencimento a um lugar específico. E esse sentimento de pertencimento a um grupo e também a uma terra é uma forma de construção da identidade étnica e da territorialidade, conforme ressalta Schmitt et. al. (2002).

Comunidades quilombolas são reconhecidas como comunidades tradicionais e, por tanto, se relacionam com a terra de diferentes maneiras que as sociedades urbano-industriais. Segundo Arruda (1997, p. 81) essas famílias são suas próprias unidades de produção e de consumo, o sistema de produção da comunidade se dá "através de relações de ajuda baseadas na reciprocidade se articulam umas com as outras em estruturas frouxas mas mais abrangentes que constituem os "bairros rurais".

Atualmente, segundo dados da Fundação Cultural Palmares (2012), existem cerca de 1.700 comunidades quilombolas certificadas no Brasil. A maioria destas comunidades estão localizadas em áreas rurais, com infraestrutura limitada. Muitas doenças se desenvolvem em decorrência da baixa estrutura socioeconômica das famílias

e ocorre grande limitação no tratamento das suas enfermidades devido a sua distância dos centros urbanos (FREITAS *et al.*, 2011).

A Secretaria de Cultura do Estado do Tocantins (2013) apresenta um mapa de distribuição com 29 comunidades quilombolas. Reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares estão 27 destas comunidades e estima-se um número total de 2.008 famílias quilombolas no Tocantins, conforme apresentado no Guia de Políticas Sociais Quilombolas (2009). Praticamente todas as comunidades quilombolas alocadas no estado se encontram em ambientes rurais, com exceção da comunidade de São José, localizada na zona urbana de Chapada de Natividade, e também a comunidade Mata Grande, onde parte de suas famílias reside na zona rural do município e parte na cidade de Monte do Carmo.

A comunidade Mata Grande foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares no ano de 2009, segundo relato de Andrade (2012), situa-se no município de Monte do Carmo, localizado a aproximadamente 89 quilômetros de Palmas, capital do estado.

A cidade de Monte do Carmo nasceu das atividades mineradoras, por volta de 1746, sendo que essa atividade econômica exigiu um número grande de escravos, possibilitando então a alocação da comunidade na região. Depois dos áureos tempos de exploração em Monte do Carmo, ficaram apenas os moradores carentes que não tinham para onde ir, especialmente os descendentes de escravos nascidos na região (ANDRADE, 2012).

Neste contexto, o artigo busca perceber a influência do meio urbano na parcela da comunidade Mata Grande que reside na cidade de Monte do Carmo, avaliando os motivos que os fizeram se deslocar para a cidade e sua relação com a nova morada.

2. Material e métodos

A pesquisa foi realizada na cidade de Monte do Carmo – TO, que segundo dados do IBGE (2007), tem cerca de 6 mil habitantes e possui uma área de 3.617 km². O município foi

emancipado em 1963, desmembrando-se de Porto Nacional. Neste município está inserida a comunidade quilombola Mata Grande,

composta por 20 famílias, das quais 11 famílias migraram da zona rural e localizam-se no perímetro urbano do município (Figura 1).



Figura 1. Localização do município de Monte do Carmo – TO, coordenadas geográficas 10° 46'15.16"S. 48° 05' 34.76" O. Fonte: Google Earth, 2009.

Para obtenção dos dados utilizou-se o método de entrevista estruturada, a qual, segundo Gil (2008), desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanece invariável para todos os entrevistados. E ainda, ressalta que por possibilitar o tratamento quantitativo dos dados, este tipo de entrevista torna-se o mais adequado para o desenvolvimento de levantamentos sociais.

O roteiro de entrevista foi composto por um formulário com perguntas abertas e fechadas, com o propósito de levantar dados do processo de migração e condições socioeconômicas e de saneamento básico, da comunidade quilombola Mata Grande localizada no perímetro urbano do Município de Monte do Carmo.

Na primeira etapa foi realizada uma visita às residências da comunidade, na presença do seu representante, para explicar o objetivo do trabalho e verificar o interesse das famílias em participar da pesquisa. Na segunda etapa foram aplicados pilotos do formulário em duas residências com o objetivo de adequá-lo à compreensão dos entrevistados

Em dezembro de 2012, o roteiro de entrevista (Anexo I) foi aplicado para 11 adultos, representantes das famílias quilombolas que residem no perímetro urbano do município de Monte do Carmo – TO. Os dados foram coletados com gravador Sony ICD – PX312 para que a riqueza dos detalhes observados fossem preservados e documentados, pois, segundo Gil (2008), a gravação eletrônica é o melhor modo de preservar o conteúdo da entrevista. Este ato foi, previamente, informado e concedido pelos mesmos.

Depois de colhidas as entrevistas, iniciou-se o processo de transcrição, a fim de preparar o conteúdo para análise posterior. As transcrições foram realizadas seguindo o modelo literal, onde transferiu-se ao papel o que o entrevistado depôs na ocasião do encontro.

Os dados obtidos por meio das transcrições foram avaliados através da metodologia da análise de conteúdo. Segundo Campos (2004, p. 611), a análise de conteúdo proporciona “um olhar multifacetado sobre a totalidade dos dados recolhidos no período de coleta (*corpus*)”, visando à descrição objetiva do

conteúdo manifesto através das entrevistas obtidas em campo.

Na análise de conteúdo priorizou-se por agrupar as impressões dos entrevistados de duas maneiras, o freqüenciamento, repetição de conteúdos comuns à maioria dos respondentes, e também por relevância implícita, tema importante que não se repete no relato de outros entrevistados, mas que guarda em si, riqueza e relevância para o assunto, seguindo as considerações de Campos (2004). Desta maneira, o material obtido por meio das entrevistas foi sendo relacionado às discussões teóricas visando perceber a influência do meio urbano na vida dessas pessoas, que predominantemente nasceram e foram criadas na zona rural do município.

3. Resultados e discussão

Das 11 famílias que residem na área urbana do município de Monte do Carmo, 9 mulheres e 2 homens com idade entre 26 e 75 anos (média de 46 anos), foram entrevistados para se obter as informações respectivas às suas famílias. As famílias urbanas da comunidade Mata Grande possuem de um a dez componentes, com média de quatro indivíduos por residência. Estas estão inseridas no cotidiano da cidade, sobrevivendo de empregos, pensões e programas sociais. Assim, 55 % deles tem renda familiar mensal entre um e dois salários e 45 % informaram possuir renda de dois a três salários mínimos. A renda per capita média da comunidade é de R\$ 286,00 reais.

A migração para a área urbana ocorreu em datas diferentes, entre os anos de 1991 e 2012. Quando os entrevistados foram questionados sobre os motivos que os levaram a mudar do campo para a cidade as colocações mais frequentes foram relacionadas à busca por melhorias das condições de saúde, emprego e estudo para seus filhos. Monte do Carmo oferece aos habitantes residentes no meio urbano sete escolas de nível fundamental, duas escolas pré-escolares e duas de ensino médio, além de dois hospitais municipais. A referida

cidade possui ações de saneamento básico como coleta de lixo, além de tratamento e canalização interna de água. Assim como relacionou Jesus (2007, p.8), a falta de emprego e o precário serviço de assistência básica à população origina um quadro de miséria e fome, sendo a maior consequência disso “a saída dessa situação, a vontade de mudar para que os filhos não tenham o mesmo destino que os pais ou que o destino dos pais não seja revivido pelos filhos”. Da mesma forma pode-se observar na comunidade Mata Grande.

“Foi doença, né? Eu mudei de lá por causa disso, por que senão tava lá até hoje, né? Eu achava bom demais, nasci e criei foi na fazenda, então achava bom demais. Eu mudei de lá, foi em 2007.” (NAZARÉ CARVALHO DOS SANTOS, depoimento obtido em 12/12/12, cidade de Monte do Carmo).

“A necessidade de um emprego, trabalhar, vesti, comer, até então lá não tinha condições de está trabalhando lá, e se manter lá, igual papai tem 7 filhos era para tirar tudo de lá da roça e ai o que mais trouxe a gente pra cá foi os estudos, porque papai queria ver a gente estudar, porque a escola de lá fechou, estudamos lá até as series que tinha, depois viemos para cá. Nós mudamos para cá no ano de 1997.” (BENVINDA CARVALHO DOS SANTOS, depoimento colhido em 12/12/12, cidade de Monte do Carmo).

“Sobre os estudos dos meus filhos, muito bom, né? E também trabalho, que lá a gente não trabalhava, não ganhava o da gente, trabalhava mesmo só pra gente comer mesmo, vivia das coisas do pai da gente, mesmo.” (DEUSAMAR FERREIRA DE CARVALHO, depoimento colhido em 12/12/12, cidade de Monte do Carmo).

A assistência à saúde, o emprego, moradia e também a qualidade de vida, foram os fatores determinantes para a decisão de mudar, mesmo tendo eles, conforme relatos a seguir, uma forte ligação com a terra, com as lembranças da infância e de tudo que viveram. A migração é uma mudança física, pois há uma redistribuição espacial, mas, sobretudo, uma mudança social, uma vez que o migrante adquire outros conhecimentos e se insere em outro contexto social (JESUS, 2007, p. 9).

“Ixe muito, lá a vida da gente era livre, né? Gostava de trabalho de criar os bichinhos da gente e hoje aqui na rua você sabe como é, é diferente demais.

Tenho saudades de lá, eu tinha nove ano de idade quando eu fui viver lá, nove ano de idade” (DOMINGOS CARVALHO DOS SANTOS, depoimento colhido em 12/12/12, cidade de Monte do Carmo).

“Assim por um lado já tou acostumando né, mas nunca assim, que a gente esquece né. A gente tinha assim uma vida mais saudável, não é aquela vida de correria né, é aquela vida mais mansa, eu gostava muito de trabalhar na roça né, apanhar cisco, capinar, de enxada, limpar arroz, limpar milho, apanhar tudo né, eu sei fazer tudo de roça, cuidava de algodão pra fazer os tecidos, então uma vida muito boa assim, até hoje eu sinto saudade dela,[...] Até hoje eu lembro de lá nunca esqueci. Fui nascida lá, criada lá, então um lugar assim que eu nunca vou esquecer.” (MARIA DO BONFIM FERREIRA, depoimento colhido em 12/12/12, cidade de Monte do Carmo).

O migrante está sujeito a uma ressocialização, porquanto a transferência para a cidade, mesmo quando não implica na reformulação completa de sua identidade, exige, conseqüentemente, a cognição de novas práticas. O estudo da comunidade Mata Grande se revela na relação cultivada com o território de origem e as relações mantidas com o novo espaço.

Além do saudosismo das atividades do campo, os entrevistados também relataram as dificuldades de se adaptarem a agitação da cidade e aos custos que a vida urbana acarreta.

“Primeira coisa para a pessoa da minha idade é por que o movimento é outro, muito barulho, muita coisa, não fico achando bom, é isso que eu acho. Porque lá não, lá nós ficava a vontade, mexia com os animais, era mais tranquilo, aqui não, aqui tem dia que você vê um povo, barulho, você sabe como é a cidade né?” (DOMINGOS CARVALHO DOS SANTOS, depoimento colhido em 12/12/12, cidade de Monte do Carmo).

“É muito difícil pra mim, eu pago aluguel, tenho quatro filhos, sustentar esses filhos pra estudo e tudo.” (DEUSAMAR FERREIRA DE CARVALHO, depoimento colhido em 12/12/12, cidade de Monte do Carmo).

O novo espaço ocupado pelas famílias de Mata Grande também atua como um lugar de perda de suas raízes, dos elementos que fornecem a base da identidade da comunidade. Observou-se que as atividades desenvolvidas

pelas famílias quilombolas, quando na zona rural, relacionavam-se ao plantio, colheita e criação de animais, a mudança para a cidade, no entanto, alterou as práticas de subsistência das famílias que agora dependem de trabalhos formais em sua maioria.

“Na fazenda acordar cedo, igual a minha mãe, acordava 4 horas da manhã, a gente também acordava para organizar as vasilhas para meu pai ir para o curral, a gente também já ia junto, porque era quatro homens e três mulheres, vindo do curral a gente limpava a casa, varria o terreiro, dai a gente já ia para a roça, porque nós também trabalhava na roça, para capinar, roçar ou pegar galhos, ajudava minha mãe pegar lenha. E aqui na cidade tudo é bem mais fácil, hoje eu não tenho a necessidade de acordar tão cedo, aqui eu levanto mais cedo por causa da minha filha, porque eu tenho uma filha, e por causa do meu serviço, não pra pegar em um serviço mais pesado.” (BENVINDA CARVALHO DOS SANTOS, depoimento colhido em 12/12/12, cidade de Monte do Carmo).

Jesus (2007) ao refletir sobre Haesbaert justifica que a identidade social é definida através do território e das relações de apropriação e de identificação que se desenvolvem sobre ele, sendo, desta maneira, a história do indivíduo e de sua coletividade.

O processo migratório de alguns membros da comunidade Mata Grande ocorreu em razão das condições de vida do lugar, como mostraram os relatos, onde além da precariedade de serviços básicos como a saúde e educação, há a falta de atividades com salários mais dignos, pois os entrevistados narraram que na zona rural não obtinham a mesma renda e que as atividades eram voltadas a própria subsistência das famílias, criavam animais e plantavam na roça e muitos deles vendiam parte da produção na própria cidade.

“Não, quando a gente morava lá a gente não ganhava nada né, a gente fazia farinha de mandioca trazia pra vender. Minha mãe juntava ovos [...] aí trazia vendia... assim nós não tinha renda nenhuma.” (VALDENORA DE CORREIA CARVALHO, depoimento colhido em 12/12/12, cidade de Monte do Carmo).

Observa-se com a fala de Dona Valdenora que os moradores de Mata grande tinham de recorrer à cidade para a venda dos produtos que cultivavam, a fim de obter algum tipo de renda. Já dona Ana fala sobre o atendimento médico com o deslocamento para a cidade, considera que melhorou muito, pois que na zona rural o acesso é difícil e não existe atendimento local, todos os pacientes são atendidos em Monte do Carmo.

“Bom, pra mim é bom. É mais fácil. Por que vir de lá (fazenda) era uma dificuldade. Aqui qualquer coisa tamo lá no pé do médico.” (ANA CARVALHO DE ASSUNÇÃO, depoimento colhido em 12/12/12, cidade de Monte do Carmo).

A maioria dos entrevistados não identificou mudanças consideráveis nos padrões de doenças com a migração, entretanto, Dona Benvinda relata que sua saúde melhorou consideravelmente com a vinda para Monte do Carmo e considera também que o atendimento médico da cidade contribuiu muito para o ganho na saúde de sua família.

“Mudou muito, eu, por exemplo, tinha problema asmático quando morava na fazenda, depois que eu vim pra cá só os três primeiros anos que continuei dando, depois desses três primeiros anos eu nunca mais dei este problema asmático. É igual lá na minha família a gente sofria muito com diarreia e hoje, até minha mãe e meu pai que ainda moram lá não tem mais isso, porque quando eles sentem alguma coisa já vem se consultar, antes não, minha mãe nos trazia aqui para se consultar, o tratamento era lá mesmo com remédios naturais e não tinha esse negócio de tá trazendo na cidade não, hoje não, quando acontece alguma coisa, eu mesmo trago eles e eu já sei procurar o médico.” (BENVINDA CARVALHO DOS SANTOS, depoimento colhido em 12/12/12, cidade de Monte do Carmo).

Outro aspecto relativo à identidade da comunidade é a maneira como essas pessoas tratavam de suas doenças, quando moravam na roça, contam eles, que faziam uso de plantas medicinais ou remédios caseiros. Utilizar remédios caseiros é uma prática comum para as comunidades quilombolas de áreas rurais, principalmente porque possuem difícil acesso

ao atendimento médico e aos medicamentos alopáticos (FREITAS *et al.*, 2011). Atualmente, os indivíduos da comunidade urbana de Mata Grande, com a proximidade do atendimento médico, deixaram a prática dos remédios caseiros, sendo instruídos a utilizarem os medicamentos de farmácia.

“Com rama de pau, raiz de pau! Hoje é no médico, tudo da farmácia. Ave Maria se falar que vai beber rama de pau, raiz de pau que os médicos fica tudo doido. A gente tem que acompanhar, né?” (ANA CARVALHO DE ASSUNÇÃO, depoimento colhido em 12/12/12, cidade de Monte do Carmo).

“Quando não tinha remédio era com folha de pau, remédio caseiro, que a gente tomava, tomava remédio caseiro. Agora é remédio da botica, mas mesmo aqui eu tomo remédio caseiro mesmo toma, porque já tem aquele costume né? Então a gente toma.” (NAZARÉ CARVALHO DOS SANTOS, depoimento obtido em 12/12/12, cidade de Monte do Carmo).

Quando Seu Nazaré considera em sua resposta que mesmo na cidade consome remédios caseiros, porque já faz parte de seu costume, observa-se a mudança em processo da identidade, uma vez que adquiriu-se um elemento novo ao cuidado com a saúde, sem subtrair a maneira que já se conhecia. Outro elemento que desperta a atenção para a nova vida social, agora alocada na cidade, é a relação que as famílias mantinham com o ambiente que as cercavam, as plantas nativas e animais silvestres.

“Com certeza não, antes eu lembro que a gente não podia ver um animal, um pássaro, um jaboti, que a gente queria levar pra casa, e se a gente chegasse em casa com algum desses animais, meu pai mandava levar de volta e hoje aqui não, se as pessoas veem se puderem mandar matar eles matam, não tem aquele carinho, por mais que antes lá a gente vivia da carne que papai caçava, a gente vivia daquilo ali, e hoje aqui na zona urbana que as pessoas não depende de caça, não tem necessidade, e não tem mais um carinho com os bichos, como se os bichos não tivessem sentimento nenhum e não tivesse direito de vida. Nossa! De grande importância. Porque era o que a gente alimentava, lá a gente vivia e cuidava muito bem do que a gente comia e do que a gente não comia, eu lembro de quando meu pai ia desmatar um

local, se tivesse o pé de alguma planta que era importante ou que desse para a gente comer, nossa! ele não deixava derrubar naquela área em volta daquela planta e nem permitia que alguém cortasse nada ali, a água então, era sagrada, tinha que deixar as árvores próximos ao local da água que era para não acontecer de secar um dia.” (BENVINDA CARVALHO DOS SANTOS, depoimento colhido em 12/12/12, cidade de Monte do Carmo).

Dona Benvinda avalia que o modo com que os moradores da cidade se relacionam com os animais silvestres é desrespeitoso, para ela, o animal deve ser preservado quando não existe necessidade do alimento, a moradora também relaciona o cuidado que sua família tinha com a flora, mesmo quando necessário o desmatamento. As sociedades tradicionais desenvolveram, através da experimentação e da observação, um amplo conhecimento dos processos naturais, materializando um modo de vida mais harmonioso com o ambiente (ARRUDA, 1997).

Percebeu-se que as famílias de Mata Grande consideram os animais e as árvores frutíferas de grande importância, muito porque mantinham sua subsistência por meio dos animais que cultivavam, ou da caça e o mesmo acontecia em relação às plantações ou à flora da região. Essa relação harmônica com a natureza é inata à história das comunidades quilombolas, pois os recursos naturais garantiram, por séculos, a sobrevivência alimentar dessas populações.

Quando questionados se mantinham o antigo costume de criação de animais ou mesmo cultivo de plantas na cidade, dona Simone conta que continua com a criação de galinhas, costume que ainda permanece no cotidiano da vida urbana.

“Assim, a gente criava né, tinha cachorro, galinha, essas coisas a gente tinha né, vaca, lá tinha. Era muito difícil a gente praticar a caça. Aqui na cidade a gente cria só galinha. Muito importante pra consumo né, tinha abacate, goiaba essas coisas, lá tinha, tangerina, laranja. Eu achava muito importante. E tinha algumas plantas pra gente fazer o remédio.” (SIMONE PEREIRA SOUZA,

depoimento colhido em 12/12/12, cidade de Monte do Carmo).

Assim como avalia a cartilha do programa Brasil Quilombola, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

A terra é o elemento fundamental e que singulariza o modo de viver e produzir das comunidades quilombolas. Ancestralidade, resistência, memória, presente e futuro sintetizam o significado da terra para essas comunidades, fortemente marcadas pela tradição e respeito aos bens naturais como fonte garantidora de sua reprodução física, social e econômica (BRASIL, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Social, 2007, p. 6)

Quando privados de sua territorialidade, por motivos quase sempre ligados à falta de subsídios e infraestrutura básica, como demonstram as falas dos representantes das famílias residentes na zona urbana de Monte do Carmo, muitos quilombolas buscam a mudança de suas regiões ancestrais para os ambientes urbanos, esse processo, a longo prazo, resulta na dissolução de suas comunidades e de sua identidade.

4. Considerações finais

Esse estudo realizado com a comunidade quilombola Mata Grande residente no centro urbano aponta que a qualidade de vida dessas famílias melhorou consideravelmente com o seu deslocamento para a cidade, muito porque essas famílias tiveram acesso à estrutura que a cidade oferece, como educação, saúde, emprego e melhores condições de moradia, o que de certa forma não era presente no meio rural.

Identificamos que algumas dessas carências levaram essas famílias a migrarem para a cidade, os jovens em busca de educação e emprego, os idosos impossibilitados de prosseguir com o trabalho na roça e questões de saúde. Assim, muitos vendem suas terras por não terem mais condições de viverem na zona rural.

Porém se tratando de uma comunidade quilombola, a vivência no meio urbano suscita uma série de outros problemas sociais, dentre eles um especialmente relatado nessa pesquisa, a perda da identidade cultural dos povos tradicionais. Observou-se, através dos relatos, que os costumes das famílias alteraram consideravelmente com a mudança para Monte do Carmo, muito porque a vida na cidade impinge uma série de outros hábitos ligados à vida prática e mais especificamente o fato dessas pessoas não poderem mais produzir sobre suas terras.

A migração torna a comunidade socialmente vulnerável, mesmo considerando as benfeitorias ligadas a estrutura de moradia, educação e saúde, as famílias passam de uma condição de autonomia para a dependência de subempregos ou programas do governo. Conforme as discussões levantadas apresentam, a terra tem grande valia para as comunidades quilombolas, não apenas por garantir a subsistência, mas porque sobre a terra e por conta da terra essas pessoas batalharam suas vidas, deixaram plantadas suas histórias de lutas e resistências, assumindo seu modo de vida.

5. Referências bibliográficas

- ARRUDA, Rinaldo. **Populações 'Tradicionais' e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação**. In Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Vol. 1 Conferências e Palestras, pp. 262-276. Curitiba, Brasil, 1997.
- ANDRADE, Simone Pôsses. **A incidência da anemia falciforme em três comunidades negras rurais do Estado do Tocantins**. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas – TO, 2012.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Guia de Políticas Sociais Quilombolas**. ASCOM - MDS – Outubro, 2009.
- CAMPOS, Claudinei José Gomes. **Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde**. Rev. bras. enferm. vol.57 no.5 Brasília Sept./Oct, 2004.
- FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Comunidades Quilombolas**. Brasília. 2012. Disponível em http://www.palmares.gov.br/?page_id=88&estado=TO. Acesso em 10 de novembro, 2012.
- FREITAS, D. A; CABALETTO A. D; HERNANDE C. V. I; ANTUNES S. L. N. O. Saúde e comunidade quilombolas: Uma revisão da literatura. **Revista CEFAC**. Set- Out; 13 (5): 937-943, 2011.
- FIABANI, Adelmir. **Mulheres quilombolas: presença, liderança e participação**. III Seminário Nacional de Ciência Política – UFRGS. 2010.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 220 p. 2008.
- IBGE. **Cidades**. 2007. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=171360#populacao>. Acesso em: 27/02/2013.
- JESUS, Mônica Ramos de. **MIGRAÇÃO QUILOMBOLA: TERRITÓRIO E IDENTIDADE – Estudo preliminar de migrantes Kalungas no Distrito Federal**. Distrito Federal. Dissertação (Mestrado em Gestão Ambiental e Territorial) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de; **A Atualização do Conceito de Quilombo: Identidade e território nas definições teóricas**. 2002. Ambiente & Sociedade. Ano V. Nº 10 – 1º Semestre de 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n10/16889.pdf>.
- TOCANTINS, Secretaria da cultura do Estado do Tocantins (SECULT) 2013. Disponível em <http://cultura.to.gov.br/conteudo.php?id=42>.